

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 26 de fevereiro de 2015

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$)

| Ativo | Nota explicativa | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------|--|
| | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 89.103 | 1.532.811 | | |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 35.319 | - | | |
| Impostos a recuperar | 6 | 8.404 | 5.469 | | |
| Dividendos a receber | 6 | - | 10.288 | | |
| Partes relacionadas | 6 | - | - | | |
| Total do ativo circulante | | <u>132.826</u> | <u>1.548.568</u> | | |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 604.461 | 318.574 | | |
| Investimentos | 5 | 3.971.979 | 2.611.780 | | |
| Total do ativo não circulante | | <u>4.576.440</u> | <u>2.930.354</u> | | |
| Total do ativo | | <u>4.709.266</u> | <u>4.478.922</u> | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$)

| Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentados) | Nota explicativa | Capital social | Reservas de lucros | | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|------------------|------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| | | | Legal | Retenção de lucros | | | |
| Aumento de capital | 7 | 2.276.038 | - | 15.844 | - | - | 2.291.882 |
| Lucro líquido do exercício | | 253.956 | 1.276.379 | 123.419 | 174.197 | - | 2.528.498 |
| Ganhos com alienação de participação em controlada | | - | 4.047 | - | - | 490.011 | 1.530.335 |
| Outros resultados abrangentes | 5 | - | - | - | (265.165) | - | 490.011 |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | | - | - | - | (25.745) | 25.745 | 4.047 |
| Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores | | - | 124.659 | - | - | - | (265.165) |
| Destinação: | | | | | | | 124.659 |
| Constituição de reserva legal | | - | - | 25.788 | - | - | (25.788) |
| Constituição de reserva para investimentos | | - | - | 367.476 | - | - | (367.476) |
| Dividendos propostos | | - | - | - | - | (122.492) | (122.492) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | | <u>2.529.994</u> | <u>1.405.085</u> | <u>41.632</u> | <u>490.895</u> | <u>(116.713)</u> | <u>4.350.893</u> |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 128.013 | 128.013 |
| Outros resultados abrangentes | 5 | - | - | - | 37.715 | - | 37.715 |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | | - | - | - | (13.447) | 13.447 | - |
| Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores | 7 | - | 95.551 | - | - | - | 95.551 |
| Dividendos antecipados | 7 | - | - | - | (36.522) | - | (36.522) |
| Destinação: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | 7 | - | - | 7.073 | - | - | (7.073) |
| Anulação de dividendos propostos | 7 | - | - | - | 122.492 | - | 122.492 |
| Dividendos propostos | 7 | - | - | - | (28.767) | - | (28.767) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | <u>2.529.994</u> | <u>1.500.636</u> | <u>48.705</u> | <u>548.098</u> | <u>(92.445)</u> | <u>4.534.988</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social a participação e investimentos em outras sociedades, sendo um grupo empresarial presente em 8 países. Sua controladora final é a Camargo Corrêa S.A., a Companhia, por meio de suas subsidiárias, mas com atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar esses produtos.

A Companhia possui 40 fábricas de cimento, 131 usinas de concreto, 24 usinas de agregados (todas localizadas no Brasil, na Argentina, no Paraguai, em Portugal, no Egito, em Moçambique e na África do Sul). Possui, ainda, 1 terminal portuário em Cabo Verde e 7 fábricas que produzem cal, embalagens e argamassa. Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil possui participações societárias e ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Exceto quanto à aquisição adicional de 4,19% das ações da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR") em 31 de março de 2014, através de sua subsidiária InterCement Austria Holding GmbH detidas pela Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l., no montante de R\$265.000, não ocorreram alterações significativas que impactem a participação acionária durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas ações estavam registradas como participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com valor contábil no montante de R\$360.551, gerando um ganho reconhecido pela Companhia no montante de R\$95.551, reconhecido como transação entre acionistas na rubrica de "Reserva de Capital" no patrimônio líquido.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu a alteração IAS 27 - Equity Method in Separate Financial Statements, equivalente ao CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas, permitindo a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", estão sendo apresentadas separadamente.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

2.3. Novas normas e interpretações, revisões e alterações

Normas e interpretações aplicáveis para o exercício corrente. As seguintes normas, interpretações e revisões com requerimento de aplicação obrigatória pela primeira vez a partir do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

| Normal/interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | Observações |
|--|---|---|
| Alteração à norma IAS 32 - Compensação entre ativos e passivos financeiros | 1-Jan-14 | Esta alteração vem esclarecer determinados aspectos relacionados à aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros. |
| Alteração à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros) | 1-Jan-14 | Esta alteração elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com ágio ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registrada qualquer provisão para perda do valor recuperável ou reversão dessa provisão. Introduz requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registrada uma provisão para perda do valor recuperável ou reversão e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. |
| Alteração à norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivativos - continuação da contabilidade de cobertura) | 1-Jan-14 | Esta alteração permite, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivativo designado como instrumento de cobertura é reformulado. |
| IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado | 1-Jan-14 | Esta interpretação estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços específicos. |

A Companhia analisou as normas, interpretações, alterações e revisões acima e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Normas e interpretações aplicáveis em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, alterações e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios futuros:

| Normal/interpretação | Observações |
|---|---|
| IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e alterações posteriores | Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. |

| IFRS 15 - Receita de contratos com clientes | Observações |
|---|---|
| | Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. |

| Alteração à norma IFRS 11 - Acordos Conjuntos | Observações |
|---|--|
| | Esta alteração esclarece a normal a ser aplicada quando um investidor adquire uma participação numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses. |

| Alterações às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis | Observações |
|--|--|
| | Estas alterações esclarecem certos os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos. |

| Alterações às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 40 - Agricultura | Observações |
|---|---|
| | Estas alterações estabelecem que os ativos biológicos que se enquadram na atividade de transportes devem ser classificados como Ativos Fixos Tangíveis. |

| Alteração à norma IAS 19 - Benefícios dos empregados | Observações |
|--|---|
| | Esta alteração esclarece em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo. |

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas acima mencionadas, mas não espera impactos significativos.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e premissas que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os ganhos e perdas.

Essas estimativas são elaboradas com base no conhecimento existente no encerramento de cada exercício social e nas ações que se planejam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, podendo os resultados reais futuros diferir daquelas estimativas.

2.5. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras moedas que não o Real são registradas às taxas em vigor na data da transação. No final de cada exercício, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de recebimento e pagamento ou à data do balanço, são registradas como ganhos e perdas na demonstração do resultado do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor é registrada diretamente em capital próprio ("ajuste de avaliação patrimonial").

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos circulante. São ainda classificados como circulante os passivos sobre os quais a Companhia não possui direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Quando uma das condições descritas não é preenchida, a Companhia procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

2.8. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte de uma relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e demais investimentos, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente conversíveis em caixa e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

b) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pela Companhia são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse no acervo líquido dos ativos da Companhia.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registrados pelo valor recebido, líquido de custos de sua emissão.

c) Contas a pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo respectivo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juros efetivo.

2.9. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a saída de caixa ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com confiabilidade. Os passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras são divulgados em nota explicativa, a menos que a possibilidade de uma saída de caixa futura seja remota, caso em que não são objeto de divulgação em nota explicativa.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados em nota explicativa quando for certa a existência de recebimento de caixa futuro.

2.10. Investimentos

Os investimentos encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação dessas empresas, reportados à data de aquisição e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contábeis da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação aos resultados das investidas por contrapartida de resultado líquido do exercício, conforme aplicável, e deduzido pelos dividendos recebidos.

Quando a moeda funcional da empresa investida é diferente da moeda funcional da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial são registrados diretamente ao patrimônio líquido na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

2.11. Imposto sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

5. INVESTIMENTOS

| Participação no capital social - % | Ações possuídas | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | |
|------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|------------|
| | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| 100 | 35.000 | 3.971.979 | 118.492 | 95.551 |

InterCement Austria Holding GmbH

| Participação no capital social - % | Ações possuídas | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | |
|------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|------------|
| | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| 100 | 35.000 | 2.611.780 | 469.039 | 128.706 |

InterCement Austria Holding GmbH

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.

(b) Refere-se aos impactos reconhecidos nos investimentos sobre a aquisição de 4,19% (4,79% em 2013) de participação na CIMPOR pela controlada InterCement Austria, e pelo ganho na alienação de participação de 3% na Yguazu no ano de 2013.

A movimentação dos investimentos é como segue:

| | Saldo em 31 de dezembro de 2012 | Resultado de equivalência patrimonial | Ganhos com alienação de participações em controlada | Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores | Ajuste de avaliação patrimonial | Saldo em 31 de dezembro de 2013 |
|--|---------------------------------|---------------------------------------|---|---|---------------------------------|---------------------------------|
| | 2.279.200 | 469.039 | 4.047 | 124.659 | (265.165) | 2.611.780 |
| | 469.039 | 4.047 | 124.659 | (265.165) | 2.611.780 | 1.184.922 |
| | 1.108.441 | - | - | - | - | 1.108.441 |
| | 95.551 | - | - | - | - | 95.551 |
| | 37.715 | - | - | - | - | 37.715 |
| | <u>3.971.979</u> | | | | | <u>3.971.979</u> |

(a) Em 15 de janeiro de 2014, a Companhia efetuou aumento de capital em sua controlada InterCement Austria Holding GmbH, utilizando parte dos recursos oriundos do aumento de capital ocorrido em 2013, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

(b) Ganho relacionado à aquisição de parcela adicional de 4,19% de participação acionária na CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR"), adquirida da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. ("CCLux"), conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

6. PARTES RELACIONADAS

| | Ativo Circulante | | Ativo Não Circulante | | Passivo Circulante | |
|--------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| | Partes relacionadas | Dividendos a receber | Partes relacionadas | Dividendos a receber | Partes relacionadas | Partes relacionadas |
| Camargo Corrêa S.A. | 150 | - | - | - | - | - |
| InterCement Austria Holding GmbH (*) | - | - | 604.461 | 163.154 | - | - |
| InterCement Brasil S.A. | - | - | - | - | - | 550 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 150 | - | 604.461 | 163.154 | - | 550 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | - | 10.288 | - | 318.574 | 122.492 | 550 |

(*) Refere-se à venda de 31.700.000 ações da CIMPOR - Cimentos de Portugal S.G.P.S. à controlada InterCement Austria Holding GmbH, com juros de 2% ao ano e vencimento em 12 de agosto de 2015 e à venda de 28.132.638 ações da CIMPOR - Cimentos de Portugal S.G.P.S. à controlada InterCement Austria Holding GmbH, com juros de 2% ao ano e vencimento em 31 de março de 2016, essa última conforme transação mencionada na nota explicativa nº 1. A Companhia considerou os saldos a receber como não circulante, por serem transações com sua controlada direta, cujo prazo de recebimento pode ser alterado ou postergado de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e suas subsidiárias. Esses contratos foram negociados em Euros, os quais geraram ganho com variação cambial no resultado no montante de R\$10.549 (R\$16.136 em 2013) e receita com juros no montante de R\$10.188 (R\$2.437 em 2013).

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

| Afiliações: | Controladora | | Receita (despesa) de encargos financeiros | |
|--|--------------|--------------|---|---------------|
| | Receita | Despesa | Receita | Despesa |
| Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. | 377 | (87) | - | - |
| Controlada: | | | | |
| InterCement Brasil S.A. | - | (2.402) | - | - |
| InterCement Austria Holding GmbH | - | - | - | 20.737 |
| Controladora: | | | | |
| Camargo Corrêa S.A. | 150 | - | - | - |
| Total em 2014 | <u>527</u> | <u>2.489</u> | <u>-</u> | <u>20.737</u> |
| Total em 2013 | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>18.574</u> |

Remuneração dos Administradores

O montante pago durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$9.944, sendo: (i) R\$9.809 referentes a benefícios de curto prazo, como honor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**10.5 Análise de sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2014, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações do CDI e da SELIC é conforme segue:

| Operação | Risco | Cenários | | |
|-------------------------------|-----------------|----------|-------|-------|
| | | 1 | 2 | 3 |
| Exposição a índices variáveis | | | | |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| CDI | Queda do índice | 11.425 | 8.569 | 5.712 |
| SELIC | Queda do índice | 1.224 | 918 | 612 |

Em 31 de dezembro de 2014, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações cambial do euro é conforme segue:

| Operação | Risco | Cenários | | |
|---------------------------|------------------------|----------|--------|--------|
| | | 1 | 2 | 3 |
| Exposição a risco cambial | | | | |
| Partes Relacionadas: | | | | |
| EURO | Desvalorização do real | 61.622 | 46.216 | 30.811 |

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O cenário 2 considera uma desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira e índices variáveis, dependendo da natureza do risco de 25%, o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

11. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

Contador: Nelson Nóbrega da Costa - CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

InterCement Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **InterCement Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Outros assuntos

As demonstrações financeiras consolidadas da InterCement Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que foram preparadas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, foram apresentadas separadamente. Essas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, em 26 de fevereiro de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araujo Filho

Contador

CRC nº 1 SP 246752/O-6

